

A VERDADE
É TEIMOSA

DIÁRIOS DA CRISE
QUE ADIOU O FUTURO

MÍRIAM
LEITÃO

A VERDADE
É TEIMOSA



para Luciana Villas-Boas
sobretudo pela amizade

“Não será surpresa para esta coluna.”

ZÓZIMO BARROZO DO AMARAL

sumário

10	PRIMEIRA NOTA
14	O FUTURO ADIADO
26	COLUNAS
360	NO FIM DA CRISE, O FUTURO

366 LISTA DE COLUNAS

370 SIGLAS

PRIMEIRA NOTA

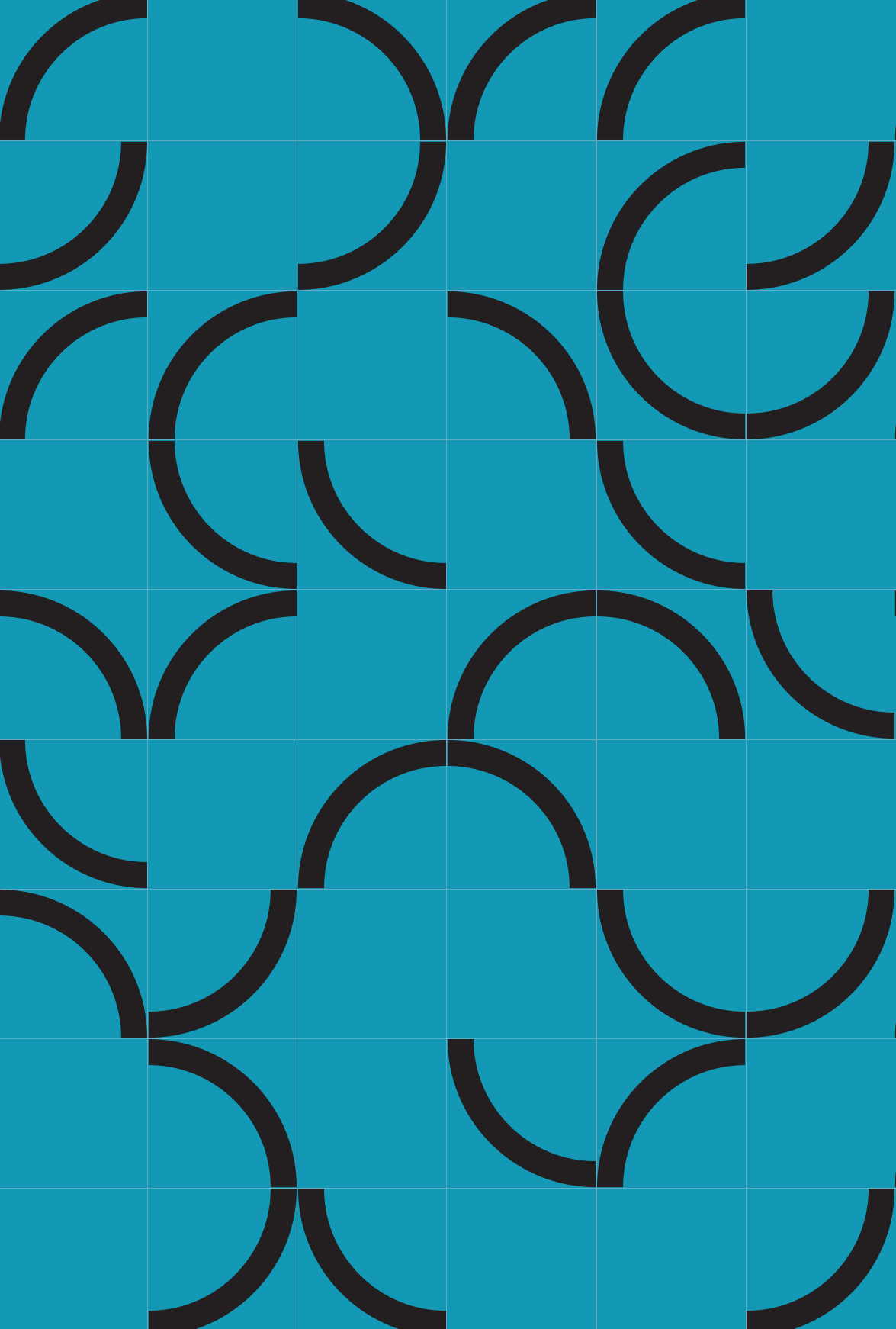
A ideia deste livro nasceu de uma conversa com Luciana Villas-Boas numa noite em que falávamos sobre o desgosto econômico que o país atravessa. A proposta que ela me fez foi a de reunir em uma coletânea colunas específicas sobre a crise que encolheu o PIB brasileiro e abateu nossa confiança no futuro. A queda acumulada em dois anos (2015-2016) foi a maior desde que as estatísticas do PIB começaram a ser produzidas, em 1901.

Álvaro Gribel,¹ com quem trabalho desde 2008, fez minuciosa seleção, iniciando a pesquisa em 2010 e encerrando-a em novembro de 2016. Decidimos que a escolha deveria recair sobre textos que mostram tanto os antecedentes que levaram à recessão, à desordem fiscal e à inflação quanto os momentos mais agudos da crise em si. Deveria ser um número restrito de colunas, mas suficiente para relatar a evolução dos fatos. Foram lidas 1.800 para escolhermos 118. O pedido do editor Jorge Oakim foi o de acrescentar um capítulo inicial que desse ao leitor o contexto e ao livro, unidade.

O colunismo diário obriga o jornalista ao esforço de tentar ver além do acontecimento de cada dia, para poder entender seu significado e antecipar seus efeitos. Por isso a tarefa disciplina o olhar e treina a percepção. Vim para o Rio de Janeiro, no fim de 1985, para um trabalho temporário na coluna de Zózimo Barrozo do Amaral, no *Jornal do Brasil*, e foi lá que a paixão pelo colunismo me fisionomizou definitivamente. Em 1986, comecei a assinar o Informe Econômico no jornal, a convite do brilhante jornalista Marcos Sá Corrêa. Em 2016, completei 25 anos de coluna diária em *O Globo*.

Nessas três décadas, escrevi sobre muitas crises econômicas e duas grandes rupturas políticas: os *impeachments* de Collor de Mello e de Dilma Rousseff. Ao cobrir esses eventos aprendi que não há governo que pare em pé quando o governante provoca uma grave crise econômica.

1 Álvaro Gribel colaborou com a maioria das colunas reunidas neste livro, fato registrado quando de sua publicação em *O Globo*. Algumas tiveram a colaboração de Valéria Maniero ou de Marcelo Loureiro.





O FUTURO
ADIADO

Foram dois anos de uma recessão severa, com uma escalada jamais vista de desemprego e um rombo inédito nas contas públicas. O país perdeu 7% do produto, 10% de PIB *per capita*, uma queda sem precedentes. A inflação voltou a visitar o patamar dos dois dígitos. Em um ano e oito meses de segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, 6 milhões de pessoas entraram na fila dos que procuravam inutilmente trabalho. No mês de agosto de 2016, quando o Congresso encerrou definitivamente o governo Dilma, havia 12 milhões de pessoas sem emprego.

A grande questão é: a crise poderia ter sido evitada? Sim, poderia. O governo fechou os ouvidos para todos os alertas e todas as críticas. Provocou o sofrimento que nos atingiu. Os economistas gostam de usar a expressão “está contratado” para informar que, na economia, o que é bom e o que é ruim são colheitas do plantio da véspera. Os erros dos governos petistas plantaram a crise econômica e a desordem fiscal.

Este livro reúne algumas das colunas que tratam das várias dimensões da crise de 2015 e 2016 e dos seus antecedentes. Desde 2010, o ano inicial desta seleção de textos, foram inúmeros os avisos de que o governo estava fazendo escolhas, em diversas frentes, que levariam a um resultado desastroso. Houve alertas anteriores, inclusive sobre empresas privadas, porém me fixei neste ponto de partida: o último ano do governo Lula. Falar de crise em 2010 era um

atrevimento, porque foi o ano de maior crescimento recente, muita euforia, mas já era possível ver os primeiros sinais. Nem tudo se controla. Há eventos em que o país é apenas atingido e precisa reagir para se proteger, como em 2008, na crise financeira global. Muitas vezes, no entanto, o tempo das dificuldades e o tempo da afluência são construídos por escolhas feitas previamente. No fim da administração Lula da Silva (2003-2010) e nos anos Dilma (2011-2016) os equívocos prenunciavam que a nossa infelicidade econômica estava sendo contratada.

“Dinheiro inventado” foi o título de uma coluna de 2010 em que chamei a atenção para o começo dos truques contábeis. Ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014), eles se repetiram e se transformaram na maior manipulação de contas públicas desde que o país entrou na era da inflação baixa, com o real. As maquiagens nos indicadores fiscais deixaram de ser um fato esporádico para ser uma rotina. Começaram devagar em 2011, aumentaram no ano seguinte, escalaram em 2013. A atividade principal de quem escreve sobre a economia brasileira passou a ser a de tentar explicar a artimanha atrás de cada número, índice ou mudança de forma de cálculo. Essa “contabilidade criativa”, como foi chamada, não foi suficiente para cobrir o rombo que estava se formando entre receita e despesas. O governo então decidiu usar os bancos públicos para cobrir gastos orçamentários. Eles pagavam contas do Tesouro e o governo não quitava a dívida. Isso começou em 2013 e chegou a mais de R\$ 50 bilhões em 2014. Quando tudo foi pago, ao fim de 2015, era uma montanha de R\$ 72 bilhões devida ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao BNDES e ao FGTS. Essa operação foi identificada como o crime de responsabilidade pelo qual o Congresso votou o *impeachment* da presidente e o Tribunal de Contas da União recomendou a rejeição das contas de Dilma, declarando inabilitados para função pública o ex-ministro Guido Mantega e o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin, executores das manobras fiscais.

Na democracia é fundamental que o contribuinte entenda a situação real das contas do governo para influir nas escolhas das políticas públicas. Ao falsificar os indicadores e tornar os números opacos, essas manobras feriram a própria democracia. A maior parte do que ficou conhecido como “pedaladas” beneficiou os mais ricos

no Brasil, garantindo a manutenção do subsídio aos grandes empresários e financiamento barato aos maiores proprietários de terra. O governo contraiu dívida no mercado financeiro e transferiu recursos ao BNDES para que a instituição concedesse empréstimos a juros baixos aos grandes empresários. O que começou pequeno cresceu de forma exponencial e, no fim, o total enviado ao banco chegou a meio trilhão de reais. Esse foi um dos motivos do crescimento da dívida bruta e os beneficiados foram, em geral, esses grandes grupos empresariais. O governo petista recriou a política de campeões nacionais que já fora executada com fracasso na ditadura. Quando repetiu o erro dos militares, o PT confirmou um dos defeitos mais antigos do Brasil, o de favorecer com dinheiro público os mais ricos.

O caso JBS é um exemplo. A empresa foi escolhida pela direção do banco de desenvolvimento e recebeu volumes extravagantes de dinheiro público para comprar outras empresas do país, concentrando o setor. A companhia foi financiada também em todas as suas aquisições internacionais. Em uma das compras, a do frigorífico americano Pilgrim's Pride, emitiu debêntures para ter o dinheiro para a operação. A família Batista, dona da empresa, teve que pôr apenas uma ínfima parte de capital próprio: 0,1% do valor. O BNDES comprou 99,9% dos papéis. A família então, com recursos públicos, tornou-se dona de mais um frigorífico nos Estados Unidos. Assim se fez a acumulação da riqueza de um grupo privado na era do Partido dos Trabalhadores. Houve outros. A ideologia por trás desse favorecimento é a de que conglomerados empresariais mais pujantes e globalizados fortaleceriam o capitalismo brasileiro. Em outubro de 2016, a família Batista anunciou que decidira transferir a sede da companhia para a Irlanda do Norte e seu domicílio fiscal para o Reino Unido. Seu crescimento no Brasil era para irlandês ver e inglês recolher os impostos. A manobra foi impedida pelo BNDES, que já estava, naquele momento, sob nova administração, com o fim do governo Dilma. Esse e outros casos de vantagens aos muito ricos derrubam a falácia de que o governo petista foi perseguido pelas elites. O governo do PT as favoreceu. Às vezes, de forma criminoso.

Em uma coluna de setembro de 2013, afirmei: “O modelo Dilma fracassou.” E alertei que qualquer que fosse o presidente do mandato seguinte, até mesmo se fosse a própria Dilma, teriam

que ser feitas correções. Em uma coluna do final de março de 2015, avisei que a recessão seria prolongada: “Será longo o inverno. Nós o atravessaremos com nossa alma tropical duvidando do sol.” O outono econômico estava apenas começando, mas ficara claro que nada nos protegeria de uma sucessão enorme de tristezas. Oito meses antes do *impeachment* escrevi que o governo havia acabado. Em outra coluna, em março de 2016, expliquei esse fim antecipado: “O governo Dilma acabou. Nenhum governo se sustenta com índice tão alto de rejeição, depois de mergulhar o país numa crise da qual não sabe como tirar, diante de acusações de corrupção tão graves como as que estão sendo divulgadas e em meio a uma debandada da sua base parlamentar.”

Ver a tendência é obrigação do colunista. A presidente Dilma afirmou que seu erro foi não ter visto antecipadamente uma crise sobre a qual, segundo ela, ninguém alertou. Não é fato. Foram muitos os avisos.

Houve tantos fatos estranhos nos últimos anos, que a memória pode apagar alguns. Um deles foi o escândalo do Banco Panamericano. A Caixa Econômica comprou 49% da instituição por quase R\$ 800 milhões, sob o argumento de que era preciso ampliar a presença dos bancos públicos na economia. E descobriu-se depois que o Panamericano estava quebrado, com um rombo que superava R\$ 4 bilhões. Foi socorrido com o dinheiro do fundo criado para proteger correntistas de banco. A compra foi no governo Lula, o socorro foi dado já na administração Dilma. Até hoje os então dirigentes da Caixa nenhuma explicação deram sobre o erro que cometeram.

A ideia de reunir colunas desse tempo tão tumultuado deriva da convicção de que o período é rico em lições. Os últimos anos mostraram que decisões erradas podem ser corrigidas, e se não forem, levam à derrocada econômica. Os efeitos de um erro não são imediatos, por isso há tempo para o alerta e há tempo para a correção de rumos. A crise que infelicitou o país e derrubou o governo Dilma ensinou, da forma mais dolorosa, o que não pode ser feito: ser leniente com a inflação num país com passado de hiperinflação, falsificar estatísticas contábeis para esconder rombo fiscal, usar os bancos públicos ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, mentir sobre a realidade econômica antes de uma eleição e revelar remédios

amargos só após o fechamento das urnas. Esta é apenas uma parte da lista dos erros que nos levaram à crise.

Antes de ser presidente, Dilma foi ministra das Minas e Energia e depois ministra-chefe da Casa Civil. Nos dois cargos e como chefe do governo controlou o setor elétrico com mão de ferro, alegando ser especialista. Pois foi exatamente na energia que cometeu um de seus piores erros de gestão. Uma medida provisória — a de número 579 — reduziu as tarifas em 2013. Era boa a ideia de retirar alguns componentes do preço, como subsídios, que encareciam indevidamente a conta de luz. Contudo, na formulação, o governo não ouviu o setor nem a hidrologia. O país estava entrando numa grave seca. Não era hora de incentivar o consumo. Quando as empresas começaram a ter prejuízo por comprar energia mais cara do que vendiam, no lugar de corrigir o erro o governo mandou o Tesouro emprestar para as distribuidoras. Foram R\$ 10 bilhões para esconder o desequilíbrio. Não foi suficiente. O governo então mandou que as empresas pegassem empréstimos bancários, dando como garantia o compromisso da agência reguladora de que elas poderiam cobrar o custo do consumidor a partir de 2015. Por isso, quando escrevi que o preço da energia ia disparar após as eleições, não estava tendo uma premonição. Era a conclusão mais simples dos fatos. E tudo foi feito para propaganda eleitoral. Ao gravar o anúncio da queda dos preços, Dilma tinha a seu lado não um especialista em energia, e sim seu marqueteiro, João Santana. Ele mesmo, o que depois seria preso por corrupção. Esse ato extemporâneo de campanha, mais de dois anos antes das eleições, resultou na mais grave crise das empresas de energia no país e em um violento tarifaço. As tarifas saltaram logo após as eleições. E o país só não enfrentou um problema de abastecimento tão grave quanto o apagão do governo Fernando Henrique porque a recessão derrubou o consumo.

Para aumentar a geração futura de energia, o governo petista escolheu construir grandes hidrelétricas na Amazônia. Belo Monte foi emblemática. De novo Dilma desprezou todos os alertas de que seria um mau negócio do ponto de vista energético, fiscal, financeiro e ambiental. Era ainda ministra-chefe da Casa Civil, quando passou por cima da resistência do Ibama ao projeto, para garantir que a licença ao empreendimento fosse dada, como se pode ver na primeira coluna desta coletânea. Belo Monte foi uma história tão cheia de

irregularidades, que só a Operação Lava-Jato, que investiga corrupção na Petrobras e no setor elétrico, explicou a persistência no erro: ela foi concebida para ser também uma usina de dinheiro ilegal para a campanha presidencial.

As operações de combate à corrupção, especialmente a Lava-Jato, não foram a causa das crises política e econômica do país. Elas se transformaram numa radiografia de como a corrupção tinha se infiltrado nas decisões de política pública, na gestão do Estado e das estatais, durante os últimos anos. Por serem reveladoras, ajudam a apontar o caminho pelo qual podemos construir novos padrões de relacionamento entre o governo e as empresas. A corrupção, no entanto, enfraqueceu a Petrobras, paralisou grandes empreiteiras, afetou as cadeias produtivas da construção civil e de óleo e gás. A turbulência foi parte da queda da atividade econômica. Mas é preciso ver a relação de causa e efeito na direção certa. Foi a corrupção, e não seu combate, que provocou efeitos nefastos.

É natural que quem esteja à frente de uma coluna que analisa, critica e opina também enfrente críticas. Os assuntos são polêmicos e o debate, mais que saudável, é necessário. Nos governos petistas, no entanto, o ataque aos críticos deixou de ser parte do diálogo democrático. Deixou de ser natural. Empresas estatais despejavam anúncios em veículos especializados em tentar desqualificar jornalistas que divergiam do governo.

Adianta pouco brigar com os fatos porque a verdade é teimosa e aparece mesmo após ser encoberta por malabarismos estatísticos ou retóricos. Foi o que me levou a escrever, no fim de 2014, a coluna que dá nome a este livro, comentando que, logo após as eleições, o governo passou a admitir o que havia negado e a tomar decisões que garantiria que não tomaria. “A verdade é teimosa. Ela pode ser escondida temporariamente, mas aparece sempre. O que deve ser discutido são os limites éticos de um governo disputando reeleição. Até que ponto os órgãos públicos podem escamotear, esconder ou adiar as verdades que os eleitores e contribuintes têm o direito de saber? Isso poderia não alterar o voto, mas certamente elevaria a qualidade da democracia.”

As lições desse período infeliz da economia brasileira encontram também a política. No início do primeiro mandato, a presidente

demitiu sete ministros acusados de corrupção e terminou o primeiro ano com alta popularidade. Depois abandonou esse caminho. Em junho de 2013 grandes manifestações de rua estouraram em São Paulo demonstrando insatisfação generalizada com autoridades de todos os níveis. Em 2015, os manifestantes voltaram às ruas em protestos contra o governo Dilma e em apoio à Lava-Jato.

Em sua gestão, Dilma não fez o trabalho de relacionamento com parlamentares que todo presidente deve fazer para convencê-los da importância dos projetos e dos rumos da administração. Ao mesmo tempo aceitou entregar órgãos para grupos políticos. Até aquele que se revelou seu maior inimigo, o ex-deputado Eduardo Cunha, teve poder delegado pela presidente sobre uma parte da Caixa Econômica, onde foram descobertos casos de desvio de dinheiro público.

Sua inabilidade política podia ser vista no discurso de posse do segundo mandato. Com o país partido, após uma campanha agressiva comandada por João Santana, ela, no Congresso, não teve palavra unificadora. Acusou os adversários políticos de serem culpados pelo enfraquecimento da Petrobras. Apesar de ter dito na campanha que “ajuste fiscal é burrice”, na posse afirmou que “o primeiro passo” era o “ajuste das contas públicas”. Ao invés de conciliação, seu grupo político quis conflito. Em março de 2015, foi revelado um documento sem autoria definida, escrito na sua Assessoria de Comunicação, que propunha uma reação bélica pelos meios digitais contra os divergentes. No documento, afirmava-se: “As ações das páginas do governo e das forças que apoiam Dilma precisam ser melhor coordenadas. A guerrilha política precisa ter munição vinda de dentro do governo, mas para ser disparada por soldados fora dele.” Quando começou o debate sobre o *impeachment*, sua reação foi transformar o Palácio do Planalto num escritório do partido.

A gestão da política econômica produziu uma crise; a má administração da coalizão política gerou outra. Os dois tornados tiveram raízes em seus campos e, ao se encontrarem, ampliaram a força devastadora de cada um. Quando a inflação subiu e a recessão se aprofundou, a queda da popularidade foi rápida e drástica. Isso fez com que os políticos da base quisessem se afastar da presidente.

Na gestão do ministro Joaquim Levy, na Fazenda, o governo tentou corrigir as distorções criadas no primeiro mandato, no

entanto não teve apoio dos parlamentares governistas. O ministro foi bombardeado, principalmente pelos petistas. Na coluna “E agora, Joaquim?”, de janeiro de 2015, resumi assim o dilema do então ministro: “O mais difícil em política econômica é ter que limpar os erros feitos pela equipe anterior. O risco é ficar com o peso do que foi feito por outros e não permanecer no posto tempo suficiente para colher novos frutos. Essa é a ameaça que pesa sobre o ministro Joaquim Levy. As correções podem afundar mais a economia em um primeiro momento. Haverá o segundo momento?” Não houve para ele. Nem para a presidente, que acabou caindo pela soma de seus erros. E esse é o dilema que permanece para o governo Michel Temer.

O governo Temer começou marcado pela ambiguidade. Havia sido parte da administração que caía e prometia dar uma guinada nas decisões para superar a recessão e o rombo fiscal. Propôs medidas insuficientes e enfrentou sucessivos abalos políticos. Com seis meses no cargo havia perdido seis ministros, a maioria por denúncias de corrupção. Crises econômicas nunca desaparecem por mágica. Permaneceram no governo Temer.

A crise não acabou com a queda do governo Dilma porque as revelações estarrecedoras da Lava-Jato aumentaram a intensidade dos tremores de terra na política e na economia, desde que a operação começou, em 2014. A ameaça de que ela pudesse ser abafada depois da mudança de governo não se confirmou. Não porque a nova administração não quisesse, e sim porque o processo de combate à corrupção no Brasil ganhara força própria. A Lava-Jato continuou sendo a inimiga comum de grupos políticos adversários entre si.

O pior lado dessa crise é adiar o futuro. O Brasil tem uma lista interminável de tarefas para preparar o país para os enormes desafios do século XXI. Muito do que o tempo atual pede, ou pedirá, dos países, nós temos. Esse foi o tema ao qual me dediquei por quatro anos para escrever o livro *História do futuro*, lançado em 2015. No capítulo sobre economia, tratei da crise imediata: “Peço, leitora e leitor, um pouco de paciência. Sei que quem veio a este livro foi para pensar o futuro e não a conjuntura. No entanto, é impossível fingir que não existe um pântano no curto prazo. E é ele que nos preocupa agora. Virou passagem obrigatória, antes de retomar o caminho. A vitória sobre a hiperinflação foi o marco do novo Brasil.

Nos últimos anos, retrocedemos e esses erros ameaçam a juventude, a quem o futuro pertence.”

Adiar não é revogar. Os erros que levaram à crise econômica fizeram mais este mal ao Brasil: atrasaram a preparação para o futuro em um país que permanece tendo as vantagens que tem. É o maior do mundo em biodiversidade, tem terra suficiente para dobrar a produção de alimentos sem desmatar, tem o maior potencial de produção de energia de baixo carbono por quilômetro quadrado, tem uma população de tamanho ideal, nem pequena que seja um limitador, nem grande demais que seja um peso. Em pouco mais de três décadas, o Brasil fez a redemocratização, venceu a hiperinflação, reduziu a pobreza e está combatendo, de forma corajosa, a corrupção. Na economia, a agenda da modernização foi interrompida, mas podemos retomá-la.

Alice, no clássico de Lewis Carroll, pergunta ao gato de Cheshire: “Podes dizer-me o que devo fazer para sair daqui?” Essa pergunta temos feito com frequência nos últimos anos. Queremos sair da recessão, da inflação, do desemprego, da crise. Como sair daqui? O gato responde: “Depende muito de para onde queres ir.” É a escolha de Alice que está diante de nós. Aprendemos, da forma mais dura, que não vale a pena contrariar a verdade. Ela é teimosa.